

A fração regional da burguesia e o desenvolvimento econômico do norte de Minas Gerais

Laurindo Mékie Pereira
Doutorando em História Econômica –USP
Professor -Universidade Estadual de Montes Claros
Bolsista da FAPEMIG

O norte de Minas apresenta a especificidade de pertencer simultaneamente a duas regiões: ao nordeste, em virtude das leis que disciplinam a área de atuação da SUDENE desde a década de 1960, e ao Estado de Minas Gerais, integrante da região sudeste. Em virtude disso, a compreensão da sua história, na segunda metade do século XX exige uma referência, ainda que sumária, à dinâmica prevalente nessas unidades maiores nas quais se insere.

Entre 1960 e 1990, a economia do norte de Minas, antes assentada basicamente na agricultura de subsistência e na pecuária¹, transformou-se via implantação de um conjunto de indústrias nos principais centros urbanos e pela modernização capitalista no setor rural, materializada na racionalização da produção das antigas fazendas e nos grandes projetos de irrigação e reflorestamento. O governo federal, pelos incentivos fiscais da SUDENE, e o governo estadual, viabilizando infra-estrutura e disponibilizando crédito e financiamento, foram atores importantes nesse processo, revelando, com nitidez, as implicações do duplo enquadramento da região no sudeste e nordeste.

O Estado de Minas já era, em meados do século XX, um centro industrial importante no contexto nacional. As características gerais da sua industrialização são assim sintetizadas por Clélio Campolina Diniz

No início dos anos de 1950, a estrutura econômica de Minas começava a ganhar certos contornos que marcariam sua tendência futura como parte do capitalismo brasileiro. Em primeiro lugar, com a expansão da metalurgia e do cimento, iniciava-se a especialização mineira na produção de intermediários, sem a diversificação e integração do parque industrial, redefinindo a divisão inter-regional do trabalho a nível da indústria, no Brasil. Em segundo lugar, crescia o peso relativo do capital estrangeiro na incipiente indústria mineira, pois as empresas mais importantes estavam sob seu controle: Belgo, Ferro Brasileiro, Mannesmann, Alcan, Comici. Finalmente, ganhava importância a idéia da empresa pública como suporte e complemento

¹ BDMG. *Área Mineira do Polígono das Secas*: situação e problemas. Belo Horizonte, 1967, 4 tomos.

aos setores privados, nacional e estrangeiro, para a expansão capitalista.²

Além da especialização produtiva – bens intermediários –, a participação efetiva do capital estrangeiro e o papel central do poder público, a indústria mineira caracterizou-se pela concentração espacial, aspecto resultante do modelo de desenvolvimento adotado que consistia em priorizar a industrialização, concentrada espacialmente na região central do estado e especializada no setor metalúrgico, aproveitando o grande potencial desta área.³

Ao analisar o modelo mineiro, Otávio Soares Dulci propõe uma tipologia do desenvolvimento regional. Para o autor, esse ocorre sob algum tipo de impulso principal que pode ser de ordem econômica – razões de mercado –, e/ou de ordem política – intervenção do Estado, mobilização das elites regionais. Em ambos os tipos, o estímulo pode ser de natureza externa ou interna. Em termos históricos, a “via paulista”, segundo o autor, é caracterizada pela existência de impulsos econômicos internos, o nordeste e a Amazônia constituem casos de desenvolvimento impulsionados pela ação política exterior à região. O Estado de Minas Gerais constitui-se em um caso intermediário: a conjugação de considerável potencial econômico (razões de mercado) com uma mobilização política regional capaz de arregimentar força e implementar seus projetos.⁴

Em Minas Gerais, ainda segundo Dulci, coexistiria três modelos: o mineiro propriamente dito, o paulista na região de Juiz de Fora e “No outro extremo, encontram-se os empreendimentos em Montes Claros, cidade-pólo do norte do estado.” Nessa área, prossegue o autor

se estabeleceram, desde a década de 60, diversas indústrias atraídas por incentivos fiscais e por linhas favoráveis de crédito. Foi, portanto, um fluxo de investimentos resultante de uma política do governo federal inspirada em razões essencialmente estratégicas. Poucos projetos tinham alguma relação com a história agropastoril da área, ao passo que vários outros se situavam no patamar da alta tecnologia. Essa condição artificial determinou, também, a curva evolutiva da experiência, que, embora não tenha fracassado de todo, legou a Montes Claros o epíteto de “cemitério de indústrias”.⁵

² DINIZ, Clélio Campolina. **Estado e capital estrangeiro na industrialização mineira**. Belo Horizonte: UFMG, 1981, p. 84-85.

³ DULCI, Otávio Soares. **Política e Recuperação Econômica em Minas Gerais**. Belo Horizonte: UFMG, 1999.

⁴ DULCI, Otávio Soares. **Política e Recuperação Econômica em Minas Gerais**. Op.cit.

⁵ DULCI, Otávio Soares. **Política e Recuperação Econômica em Minas Gerais**. Op.cit., p. 190.

Diferentemente do modelo mineiro, no qual se combinaram o potencial econômico interno e a forte articulação política das elites, o caso norte-mineiro constituiria um “modelo exógeno”, em que o impulso determinante parte de “fora” da região e que esta, pode-se depreender, é apenas o *palco* e *objeto* de iniciativas e interesses que lhe são estranhos.

A partir da leitura que propõe Dulci, a abordagem do modelo SUDENE torna-se um imperativo para se entender o norte de Minas.

A criação da SUDENE foi precedida de intensas mobilizações sociais e políticas no nordeste, entre as quais podem se destacar as ações das Ligas Camponesas, a mobilização da Igreja Católica (especialmente a realização do Encontro dos Bispos no nordeste, em Campina Grande, em 1956), a derrota dos candidatos governistas (PSD-PTB) no nordeste, nas eleições de 1958, e a mobilização dos industriais do nordeste e do centro-sul (realização do Seminário para o Desenvolvimento do Nordeste na cidade de Garanhuns, em 1959, com a participação do Presidente Juscelino Kubistcheck).

Tudo isso ocorreu tendo como pano de fundo a "euforia desenvolvimentista" do Centro-Sul, contraposta às calamidades ocasionadas pela seca de 1958, no nordeste⁶. Foi nessa conjuntura que Juscelino Kubistcheck determinou a criação da SUDENE, sob a inspiração teórica e a direção administrativa de Celso Furtado.

O Projeto SUDENE foi enviado ao Congresso Nacional em fevereiro de 1959 e aprovado em 15 de dezembro do mesmo ano (Lei nº 3.692). Enquanto o projeto enfrentava resistências no Congresso, Celso Furtado e seus auxiliares já atuavam por meio do CODENO – Conselho de Desenvolvimento do Nordeste, criado por JK pelo decreto n. 45.445, de 20 de fevereiro de 1959⁷. O Primeiro Plano Diretor da SUDENE só foi aprovado pelo Congresso Nacional em 1961, retardando, portanto, a execução dos projetos da Superintendência.

Além dos investimentos públicos diretos, a SUDENE dispunha, originalmente, de instrumentos legais importantes para estimular os investimentos privados na região, como a "possibilidade de obter divisas estrangeiras a câmbio preferencial para a

⁶ COHN, Amélia. **Crise regional e planejamento** (o processo de criação da SUDENE). São Paulo: Perspectiva, 1976, p. 69-102.

⁷ HIRSCHAMN, Albert. **Política econômica na América Latina**. São Paulo: Fundo de Cultura, 1965, p. 97.

importação de maquinaria destinada à indústria do Nordeste"⁸. Esse instrumento foi suprimido pela reforma cambial do Governo Jânio Quadros, que unificou os valores do câmbio. Cortada essa fonte de recursos, foi instituído, no artigo 34 do I Plano Diretor, outro poderoso incentivo: "qualquer empresa poderia reduzir de 50 por cento o imposto de renda, investindo uma importância igual a duas vezes essa quantia em uma indústria no Nordeste aprovada pela SUDENE"⁹. Por resistência de deputados nacionalistas, particularmente os do PTB, esses benefícios fiscais restringiam-se às empresas nacionais. Em 1963, o artigo 18 do II Plano Diretor estendia os benefícios fiscais ao capital externo¹⁰.

As quatro diretrizes básicas do Plano de Ação original da SUDENE eram:

- a) "criar no Nordeste um centro autônomo de expansão manufatureira";
- b) "transformação da economia agrícola da faixa úmida, com vistas a proporcionar uma oferta adequada de alimentos nos centros urbanos, cuja industrialização deverá ser intensificada";
- c) "transformação progressiva da economia das zonas semi-áridas no sentido de elevar sua produtividade e torná-la mais resistente ao impacto das secas";
- d) "deslocamento da fronteira agrícola do Nordeste, visando incorporar à economia da região as terras úmidas do hinterland maranhense..."¹¹.

Vamos restringir a discussão ao primeiro item. Conforme mostraram os estudos diversos, em vez de criar um pólo industrial autônomo, os incentivos da SUDENE foram aproveitados, majoritariamente, pelo capital exterior à região.¹²

Em verdade, o projeto original da SUDENE nasceu em uma circunstância histórica adversa, revelando-se inviável em virtude do crescente grau de integração

⁸ HIRSCHAMN, Albert. **Política econômica na América Latina**. São Paulo: Fundo de Cultura, 1965, p. 108.

⁹ HIRSCHAMN, Albert. **Política econômica na América Latina**. São Paulo: Fundo de Cultura, 1965, p. 109.

¹⁰ CARLI, Gileno. **Política de desenvolvimento do Nordeste**. Recife: UFPE, 1971, p. 56-58, 65-66

¹¹ GTDN. Uma política de desenvolvimento econômico para o Nordeste. In: TAMER, Alberto. **O mesmo Nordeste**. SÃO Paulo: Herder, 1968, p. 179.

¹² Cf. CASTRO, Antônio Barros de. **7 ensaios sobre a economia brasileira**. Rio de Janeiro: Forense, 1971, OLIVEIRA, Francisco de. **Elegia para uma re(li)gião: Sudene, Nordeste, planejamento e conflito de classes**. 6 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993 e MAGALHÃES, Antônio Rocha. **Industrialização e desenvolvimento regional: a nova indústria do nordeste**. Brasília: IPEA/IPLAN, 1983. Embora haja diferenças entre as abordagens dos três autores, eles convergem quanto ao fato da forte presença do capital extra-regional na indústria incentivada do nordeste.

nacional e internacionalização da economia brasileira a partir da década de 1950, especialmente após o gestão Juscelino Kubistcheck.¹³

Assim, o “modelo exógeno da SUDENE”, conforme expressão de Otávio Dulci, contribuiu para acelerar a integração da economia nacional, fazendo esmaecer as chamadas economias regionais. A esse respeito, a análise de Leonardo Guimarães Neto acerca das relações econômicas estabelecida entre o nordeste e o centro-sul é instrutiva. Segundo o autor, a integração das regiões passou por três fases: uma primeira, que teria ocorrido basicamente no século XIX, seria a fase do *isolamento relativo*. Neste período, a exportação de bens primários era a atividade principal; predominava, pois, as relações da região com o exterior em detrimento das relações inter-regionais no Brasil. A segunda fase, que corresponde à primeira metade do século XX, é denominada de *articulação comercial*. Nessa ocorreu a ascensão de São Paulo como centro industrial, a construção de um sistema de transporte e comunicação que dariam a “base física”, conforme expressão do autor, para a constituição do mercado interno, no qual as diversas regiões esforçavam-se para colocar sua produção. Nesta fase, a articulação comercial entre as regiões prevalece sobre o comércio internacional. A terceira fase foi a da *integração produtiva* que ocorreu a partir de 1960, momento de consolidação da indústria pesada e de oligopolização da economia brasileira. Nesta fase, o capital *produtivo* do centro-sul, estimulado pelo Estado via SUDENE, transfere-se para o nordeste, superando a articulação apenas *comercial*.¹⁴

A transferência de capital no sentido sudeste-nordeste, observa ainda o autor, não se restringiu à conjuntura de crise dos anos 1960, uma vez que durante o chamado “milagre” e na década de 1970 como um todo, a indústria continuou a se expandir no nordeste. Assim, a integração era algo estrutural que, embora fosse estimulada pelas injunções conjunturais, conforme afirma Francisco de Oliveira em sua tese sobre o papel dos incentivos fiscais¹⁵, ocorria tanto no momento de crise (1962-1967) como nos períodos de expansão (1968-1973).

¹³ Acerca da “nacionalização da economia brasileira” cf. OLIVEIRA, Francisco de. **A economia da dependência imperfeita**. 5. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1989. Sobre a “internacionalização do mercado interno” cf. CARDOSO, Fernando Henrique; FALETTO, Enzo. **Dependência e desenvolvimento na América Latina**: ensaio de interpretação sociológica. Rio de Janeiro: LTC, 1970.

¹⁴ GUIMARÃES NETO, Leonardo. **Introdução à formação econômica do Nordeste**: da articulação comercial à integração produtiva). Recife: Massagana, 1989, p. 25-26.

¹⁵ OLIVEIRA, Francisco de. **A economia da dependência imperfeita**. 5. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1989 e OLIVEIRA, Francisco de. **Elegia para uma Re(li)gião**: SUDENE, Nordeste, Planejamento e Conflito de Classes. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977, p. 47.

Assim, nos termos em que propõe o autor, a modernização que se processou no nordeste (e no norte de Minas) a partir de 1960 foi, acima de tudo, determinada por razões *nacionais* e *internacionais*, pela dinâmica do desenvolvimento do capitalismo no país e em suas relações com o capital internacional.

Diante do exposto, não resta dúvida dos condicionantes *nacionais* e da proeminência do papel do estado no desenvolvimento do nordeste e, também, do norte de Minas.

Quando a abordagem tem essa última região como objeto específico, a imagem de um modelo de desenvolvimento implantado à revelia dos interesses e estrutura produtiva da região é ainda mais acentuado. Sob vários pontos de vistas, as elites regionais estão ausentes das análises sobre a modernização do norte de Minas: se a ênfase é dada ao estado, deixa-se de lado, de forma geral, as ações de classe; quando se reconhece a presença da burguesia no processo, essa é de origem exógena, provindo de São Paulo, Belo Horizonte, Rio de Janeiro e mesmo do exterior; se a crítica é ao caráter “artificial” da industrialização – pequena integração com as estruturas produtivas regionais – reforça-se a idéia de um modelo concebido e executado, se não contra a vontade da região, independente da mesma.

O resultado disso é a quase completa ignorância do pensamento, organização e ações da fração regional da burguesia ao longo do processo modernizador¹⁶, obscurecendo a natureza de classe do mesmo, especialmente no que concerne ao âmbito regional.

A relação entre os grupos sociais e o estado, especialmente no que concerne ao desenvolvimento econômico, é um tema complexo. Como sintetiza Ignácio Delgado e Otávio Soares Dulci¹⁷, há, no Brasil, pelo menos três grandes correntes interpretativas

¹⁶ OLIVEIRA, Marcos Fábio Martins. **O processo de desenvolvimento de Montes Claros (MG) sob a orientação da SUDENE (1960-1980)**. 1996. Dissertação (Mestrado em História Econômica) - FFLCH, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1996, BRAGA, Maria Angela Figueiredo. **Industrialização da Área Mineira da SUDENE - um estudo de caso**. 1985. Dissertação (Mestrado em economia) - Departamento de Economia, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 1985, CARDOSO, José Maria Alves. **A região Norte de Minas Gerais: um estudo da dinâmica de suas transformações espaciais**. 1996. Dissertação (Mestrado em Economia)- PIMES, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 1996; FRANCO, Márcia Valadares de Melo. 1975. **Les migrations interieures au Bresil: Lê cas de Montes Claros, nord du Minas Gerais**. These doctorat 3e cycle, L'Université Louis Pasteur – U.E. R. de Geographie, 1975. A exceção fica por conta do trabalho de mestrado de Evelina Oliveira publicado como OLIVEIRA, Evelina Antunes Fernandes. **Nova cidade, velha política: Poder local e desenvolvimento regional na Área Mineira do Nordeste**. Maceió: EDUFAL, 2000.

¹⁷ DELGADO, Ignácio Godinho. **A estratégia de um revés: Estado e Associações Empresariais em Minas**. Juiz de Fora: EDUFJF, 1997 e DULCI, Otávio Soares. **Empresariado e política em Minas Gerais. Cadernos do Departamento de Ciência Política**, n.8/**Revista do Departamento de História**, n. 10. Belo Horizonte, 1990 (Número conjunto), p. 93-124.

para essa questão. A primeira, reunindo as teses ortodoxas do PCB, especialmente as formulações de Nelson Werneck Sodré e os estudos de corte nacionalista influenciados pela CEPAL – Comissão Econômica para América Latina e Caribe – e ISEB – Instituto Superior de Estudos Brasileiros, a segunda vertente, invertendo o argumento da primeira, enfatiza a centralidade do estado e da burocracia estatal bem como postulam a debilidade das classes sociais no país, especialmente do empresariado. Entre os principais nomes dessa visão estariam Fernando Henrique Cardoso e Luciano Martins. Por fim, um último grupo de autores, entre eles Luis Werneck Vianna, Eli Diniz, Renato Boschi e René Dreifuss, retomam a discussão do tema, procurando revelar a especificidade da relação burguesia-estado no caso brasileiro, diferenciando-se tanto da simplificação do primeiro grupo quanto da guinada extrema do segundo.

Para o estudo do caso mineiro repete-se, em linhas gerais, as três correntes que identificamos para o caso nacional. No primeiro grupo está, por exemplo, o trabalho de Maria Efigênia Lage Resende (referente a Primeira República). No segundo, estão os estudos de Amílcar Martins Filho (Primeira República) e Clélio Campolina Diniz (para o período posterior a 1930). A terceira é constituída, entre outros, por Otávio Soares Dulci e Ignácio Godinho Delgado.¹⁸

A contribuição dos dois últimos autores é de inestimável valor por identificar a presença ativa da burguesia estadual no desenvolvimento do Estado. Contudo, a extensão e heterogeneidade de Minas Gerais, resumida na conhecida figura do “mosaico mineiro” apresentada por John Wirth¹⁹, exige a consideração cuidadosa das particularidades regionais no seu interior. Delgado não estuda o norte de Minas. Os estudos de Dulci, embora atentos ao “mosaico”, propõem uma classificação em que o norte de Minas é palco do *modelo exógeno da SUDENE*, não valendo, portanto, para essa região, suas lúcidas considerações acerca da burguesia mineira.

Dessa forma, o tema “papel da fração regional da burguesia” no processo modernizador da região é, quando não ignorado, tido como inexistente em virtude dos condicionantes externos diversos. O exame da trajetória histórica das elites regionais que se propõe aqui contribuirá para um melhor entendimento da questão.

¹⁸ RESENDE, Maria Efigênia Lage de. **Formação da estrutura de dominação em Minas Gerais**: o novo PRM – 1889-1906. te: UFMG, 1982, MARTINS FILHO, Amílcar Vianna. Clientelismo e representação em Minas Gerais durante a Primeira República: uma crítica a Paul Cammack. **Dados**, Rio de Janeiro, v. 27, n.2, 1984, DINIZ, Clélio Campolina. Op. cit. e DULCI, Otávio Soares. **Política e Recuperação Econômica**. Op. cit.

¹⁹ WIRTH, John D. **O fiel da balança**: Minas Gerais na Federação Brasileira 1889-1937. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

Coerente com a estrutura econômica regional, historicamente, as principais lideranças políticas do norte de Minas eram fazendeiros e comerciantes e boa parte tinha formação universitária.²⁰ Além desse tipo de liderança, surgiram, a partir da década de 1940, entidades de classe reunindo os principais nomes das “classes produtoras” regionais.

Montes Claros, principal pólo urbano e econômico da região, concentrou, também do ponto de vista político, as principais ações e entidades das elites regionais. Em 1944, os grandes pecuaristas fundaram a Sociedade Agropecuária de Montes Claros, posteriormente transformada em Sociedade Rural. Em 1949, comerciantes e alguns industriais criaram a Associação Comercial, que depois tornou-se Associação Comercial, Industrial e de Serviços de Montes Claros, conhecida como ACI. No seguimento político-partidário, os prefeitos da região criaram, em 1965, Associação dos Municípios Mineiros do Polígono das Secas e, depois, em 1979, a Associação dos Municípios da Área Mineira da SUDENE – AMAMS –, entidade até hoje existente. Diversas outras entidades dos grupos dirigentes regionais foram atuantes no período, mas essas três, por serem as mais fortes politicamente, representaram melhor o pensamento e os projetos dos mesmos.²¹

Ao contrário do que pode sugerir a divisão das entidades que descrevemos, havia uma estreita relação entre as três e os segmentos que elas representavam prioritariamente, aspecto assegurado, especialmente, pelo fato de grande parte dos seus representados transitarem de uma para outra com frequência e pertencerem simultaneamente às três organizações. Por sinal, de forma semelhante às suas congêneres estaduais, as elites norte-mineiras caracterizaram-se pela polivalência, sendo comum a uma mesma liderança, além da formação acadêmica, atuar em segmentos econômicos e profissionais diversos e estar à frente de entidades privadas e ocupar cargos públicos. Exemplos instrutivos de polivalência podem ser vistos na trajetória Simeão Ribeiro Pires, Plínio Ribeiro e José Corrêa Machado.

²⁰ Cf. PORTO, César Henrique de Queiroz. **Paternalismo, poder privado e violência**: o campo político norte-mineiro durante a Primeira República. 2002. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2002 e GUIMARÃES, Jorge Tadeu. **Faces do Legislativo**. Montes Claros: Sociedade Educacional Arapuim, 1997.

²¹ Acerca da Sociedade Rural cf. SOCIEDADE RURAL DE MONTES CLAROS. **Sociedade Rural**. Montes Claros: 2000. Sobre a ACI ver seu livro de memórias oficial: DAVID, Zoraide Guerra. **Historiando o Progresso**. Montes Claros: ACI, 2003. Em relação as associações dos prefeitos cf. I Congresso dos Municípios do Polígono das Secas. **Revista Montes Claros em Foco**. Montes Claros, outubro-novembro de 1966, s.p e www.amams.org.br e AMAMS. **Relatório de Atividades 2003**. Montes Claros, 2003.

Simeão Ribeiro Pires, fazendeiro, industrial, professor de história e engenheiro, foi prefeito de Montes Claros (1959-1963) e vereador (1963-1966/1967-1970). Plínio Ribeiro dos Santos, médico, professor, fazendeiro e industrial foi o primeiro presidente da ACI e deputado federal pelo PSD (1955-1959). José Corrêa Machado era fazendeiro, formado em engenharia e arquitetura, foi diretor de grandes empresas privadas como a Pavisan (construção civil), TV Montes Claros e Fundação Educacional Montes Claros. Foi secretário municipal em Montes Claros na gestão de Antonio Lafeté Rebelo, na década de 1970, e vereador pela mesma cidade (1989-1992), pelo PL, partido do qual também foi presidente. Além disso, Machado foi presidente da ACI (1977-1980) e presidente da Sociedade Rural de Montes Claros (1985-1986).²²

A polivalência das elites mineiras, dado fundamental para se compreender a presença da burguesia na definição das diretrizes do desenvolvimento do Estado, como ressaltam Otávio Dulci e Ignácio Delgado, repete-se, portanto, na região em análise.

Atuando de forma conjunta, as entidades citadas estiveram presentes em praticamente todos os grandes debates que se travaram na região ao longo do período, realizando congressos, reunindo-se com autoridades do estado em suas diversas esferas, reivindicando investimentos, créditos e incentivos.

O primeiro evento dessa natureza data de 1953 quando a Associação Comercial de Minas, dentro da sua estratégia de realizar Mesas Redondas Regionais²³, promoveu, em Montes Claros, a III Reunião Regional das Classes Produtora, contando com a colaboração direta da diretoria da ACI de Montes Claros. Nesse evento, como seria regra no período, reuniram-se as principais lideranças empresariais e políticas da região para unirem forças em torno de suas demandas junto ao poder público. Ao final foram definidas 18 reivindicações. Entre elas destacavam-se as que diziam respeito a busca por crédito, tratamento fiscal privilegiado, treinamento de mão-de-obra e apoio para a montagem de um frigorífico em Montes Claros. Trata-se de diretrizes centrais na estratégia regionalista em construção: o desenvolvimento da região dependia da isenção de impostos/concessão de incentivos fiscais/concessão de crédito facilitado aos investidores, da melhor qualificação dos trabalhadores e do estímulo ao potencial

²² SOCIEDADE RURAL DE MONTES CLAROS. Op. cit. e DAVID, Zoraide Guerra. Op. cit.

²³ A Associação Comercial de Minas promoveu a I Reunião das Associações Comerciais do Sul de Minas, em Varginha, em maio de 1952; em março de 1953, I Mesa Redonda das Classes Produtoras do Vale do Rio Doce, em Governador Valadares; em setembro do mesmo ano, a III Reunião Regional das Classes Produtoras em Montes Claros; em outubro, a IV Reunião Regional das Classes produtoras em Poços de Caldas e, por fim, a V Reunião Regional das Classes Produtoras em Uberaba, em março de 1954. DELGADO, Ignácio Godinho. Op. cit., p. 147

econômico da região, caso do frigorífico que possibilitaria o abate do gado na região e, portanto, uma maior ganho para o setor da bovinocultura de corte.²⁴

Em 1957, no bojo da comemorações do centenário da cidade de Montes Claros, as demandas de 1953 voltaram à tona, então acrescidas dos itens “pavimentação da rodovia Montes Claros-BR 040” que dá acesso a Belo Horizonte e “construção de hidrelétricas” na região.

As principais demandas de 1953 e 1977 arrastaram-se lentamente, só sendo atendidas a partir da segunda metade dos anos 1960, já com o auxílio da SUDENE.

Por sinal, quando criada em 1959, a área de atuação da Superintendência não incluía o norte de Minas. Cientes da sintonia entre o projeto SUDENE e suas demandas, as elites regionais mobilizaram-se para estender até a região os benefícios fiscais do órgão. A maior resistência a essa medida partiu da bancada nordestina. Para esta, o norte de Minas, por pertencer ao sudeste e estar próximo aos grandes centros como São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte, não poderia ser equiparado ao nordeste. As *démarches* para *nordestinizar* a região, do ponto de vista legal, duraram até 1963.²⁵ Nesse processo, mobilizaram-se as principais lideranças dos pecuaristas, entre eles João Alencar Athayde, presidente da Sociedade Rural de Montes Claros entre 1955 e 1962; a diretoria da ACI; e Simeão Ribeiro, prefeito de Montes Claros entre 1959-1963.

Não há, portanto, qualquer sentido em se pensar a SUDENE como uma imposição de fora para dentro, contrariando ou ignorando os interesses dos grupos norte-mineiros. Além do esforço para “trazer a SUDENE”, as elites regionais mantiveram-se parceiras do órgão ao longo do período e sempre fizeram uma avaliação positiva da sua atuação.

Seguramente, após o golpe civil-militar de 1964, a SUDENE perdeu muito em suas atribuições, restringindo-se, basicamente, a concessão de incentivos fiscais. Pode-se mesmo dizer que os incentivos e a superintendência propriamente dita passam a ser quase sinônimos. Como foi visto, o sistema 34/18 (depois FINOR) foi o principal mecanismo de “desregionalização” da economia nordestina. Assim sendo, como reagiram as elites norte-mineiras a esse mecanismo? Em que medida se beneficiaram dele? E como o avaliaram?

²⁴ **Gazeta do Norte**, Montes Claros, 27 set. 1953, p.1 e 4.

²⁵ SUDENOR. **Área Mineira da SUDENE** – Conceituação de área. Belo Horizonte: Governo de Minas Gerais/Secretaria de Planejamento e Coordenação Geral, Dezembro de 1976, s/p.

Em 1962, na mobilização pelo reconhecimento legal do norte de Minas como parte do nordeste, Simeão Ribeiro, então prefeito de Montes Claros, afirmou: “Temos lutado muito para que o Congresso Nacional reconheça a área mineira da seca perfeitamente identificada como área nordestina (...). Desejamos os salutares efeitos de isenções fiscais e outros favores reconhecidos pela Lei que instituiu a SUDENE (...)”²⁶

Os demais prefeitos, presentes em eventos diversos como o I Congresso dos Municípios do Polígono das Secas de 1966 e I Encontro de Planejamento Regional de 1975, e em documentos diversos da AMAMS sempre reclamaram a continuidade e ampliação dos incentivos fiscais.²⁷ Além disso, as prefeituras da região, concediam isenção total de impostos municipais e doavam terreno para empresários, independente da sua origem, investirem em seus municípios.²⁸

A ACI, entidade principal do empresariado urbano regional, engajou-se em diversas campanhas de divulgação dos incentivos fiscais, tanto em âmbito regional como fora dele. Exemplo disso foi a I Jornada do Polígono, em 1966, promovida, ao que tudo indica, pelo Governo do Estado em parceria com a FIEMG e ACI. O evento foi realizado em Belo Horizonte e teve sua sessão de encerramento na sede da ACI, em Montes Claros, no dia 17 de setembro de 1966. A Jornada tinha como objetivo divulgar junto aos empresários, as oportunidades de investimentos na região, suas matérias-primas e especialmente os incentivos fiscais.²⁹

Encontros similares foram realizados ao longo dos anos 1960 e pelas décadas seguintes, ora promovidos pela ACI, ora com a sua ativa participação. Os dois eventos mais significativos nesse sentido foram a promoção, por parte da entidade, dos eventos “Norte de Minas, oportunidade de negócios”, na FIESP, na cidade de São Paulo em setembro de 1994; e, em uma segunda edição, com o mesmo título, em Belo Horizonte, no dia 19 de outubro de 1995, na sede da FIEMG.³⁰

Quanto à participação do capital regional nos projetos incentivados não há dúvida de que ela foi, no conjunto, minoritária. Segundo estudo de Mariângela Braga, cerca de 75% dos capitais investidos nos projetos de industrialização, na década de

²⁶ PIRES, Simeão Ribeiro. Um sertanejo de lutas. **Revista Montes Claros em foco**, Montes Claros, p. 16-17, nov./dez.1962.

²⁷ Cf. SEPLAN. **Área Mineira da SUDENE**: Resultados do I Encontro de Planejamento Regional. Belo Horizonte: SEPLAN, 1975, s.p. e AMAMS. **Perfil Geo Sócio Econômico dos Municípios da Área Mineira da SUDENE**. Montes Claros, 1987 e AMAMS. **A região mineira do nordeste e o semi-árido**. Montes Claros, novembro de 1993.

²⁸ Cf. INDI. **Área Mineira da SUDENE**. Informações básicas para investidores. Belo Horizonte: INDI, 1977.

²⁹ Cf. DAVID, Zoraide Guerra. Op.cit.

³⁰ DAVID, Zoraide Guerra. Op. cit.

1970, era de origem extra-regional.³¹ Já no setor agropecuário, predominaram os capitais da região. Conforme dados de Márcia Valadares de Melo Franco, dos 55 projetos aprovados até 1974, 39 eram de capitais originários da região. Quanto aos valores liberados pela Superintendência, do total de CR\$ 122.797.000,00, mais de 70% foram destinados aos projetos “regionais”.³²

De qualquer forma, considerando-se o maior valor dos projetos industriais (ver tabela 01), fica evidenciado o predomínio do capital exógeno. Apesar disso, é evidente que os proprietários rurais e os empresários urbanos foram, *também*, beneficiados. O caráter minoritário, se considerados em conjunto, da participação do capital regional, não motivou, todavia, qualquer tipo de resistência ao modelo implantado. Inversamente, como revelam os esforços de divulgação dos incentivos fiscais, as lideranças empresariais e políticas da região estavam empenhadas em aprofundar o modelo vigente.

Em 1975, escrevendo em nome da ACI, o empresário Luiz de Paula Ferreira, sócio do Grupo Coteminas, avaliava de forma positiva o trabalho da Superintendência:

Em qualquer avaliação que se faça do desenvolvimento econômico do município ou da região, teremos necessariamente de fazer referência especial à Sudene. (...) Em qualquer abordagem que se faça acerca do desenvolvimento regional, há que se reconhecerem duas fases distintas: antes e depois da SUDENE.³³

A SUDENE foi extinta em 2001 pelo então presidente Fernando Henrique Cardoso. Em 2003, quando o governo Luiz Inácio Lula da Silva acenava com a possibilidade de recriação da SUDENE, as lideranças regionais mobilizaram-se para apoiar o projeto. Avaliando a questão, o presidente da ACI à época, Jamil Curi, afirmou:

Nós queremos a SUDENE por quinze anos mais, pois isso será o bastante para nossa emancipação econômica. O que somos, direta ou indiretamente devemos a esta mágica estratégica da SUDENE, pois bem sabemos o que éramos antes dela. Tínhamos sim três indústrias

³¹ BRAGA, Maria Angela Figueiredo. **Industrialização da Área Mineira da SUDENE - um estudo de caso**. 1985. Dissertação (Mestrado em economia) - Departamento de Economia, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 1985.

³² FRANCO, Márcia Valadares de Melo. **Les migrations interieures au Bresil: Lê cas de Montes Claros, nord du Minas Gerais**. These doctorat 3e cycle, L'Université Louis Pasteur – U.E. R. de Geographie, 1975, p. 32.

³³ FERREIRA, Luiz de Paula. **Aspectos do Desenvolvimento de Montes Claros**. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1975, p. 16-17.

de porte e modelo (...) mas que se sucumbiram na fase crescente de competitividade, qualidade e custo, sem incentivos fiscais e financeiros. As que ficaram, se construíram e se sustentaram neste binômio de transfusão: incentivos fiscais e financeiros.³⁴

³⁴ CURI, Jamil Habib. **Revista Tempo**. Montes Claros, s/d, p. 14

TABELA 01
 Projetos aprovados pela SUDENE – 1959-1992
 Em Cr\$ 1.000.000 - Preços de dez/92

| Tipo | Industriais (1) | | | | Agropecuários (2) | | | | Total | | | |
|--------------|-----------------|----------------------|---------------------|---------------|-------------------|---------------------|-------------------|--------------|------------|----------------------|---------------------|---------------|
| | Situação | Qtd | Investimento | FINOR | Empregos | Qtd | Investimento | FINOR | Empregos | Qtd | Investimento | FINOR |
| Operação | 36 | 11.338.586,00 | 3.937.939,00 | 13.987 | 68 | 707.745,00 | 395.096,00 | 3.518 | 104 | 12.046.331,00 | 4.333.035,00 | 17.505 |
| Implantação | 13 | 3.064.314,00 | 1.278.472,00 | 4.999 | 17 | 404.698,00 | 206.923,00 | 1.160 | 30 | 3.469.012,00 | 1.485.395,00 | 6.159 |
| Paralisados | 8 | 239.115,00 | 124.749,00 | 3.223 | 7 | 77.492,00 | 44.642,00 | 536 | 15 | 316.607,00 | 169.391,00 | 3.759 |
| Caducos | 35 | 2.748.659,00 | 988.560,00 | 12.916 | 28 | 102.556,00 | 67.101,00 | 13.987 | 63 | 2.851.215,00 | 1.055.661,00 | 13.749 |
| Total | 92 | 17.390.674,00 | 6.329.720,00 | 35.125 | 120 | 1.292.491,00 | 713.762,00 | 6.047 | 212 | 18.683.165,00 | 7.043.482,00 | 41.172 |

Fonte: SUDENOR. **Informe SUDENOR**. Belo Horizonte: SUDENOR, 1993, p. 62.

(1) Inclui os projetos de pesca, turismo e telecomunicações

(2) Inclui os projetos agroindustriais e de irrigação

Diante do exposto, as conclusões possíveis são de que, não obstante os condicionantes *externos* serem fortes e o papel do poder público, seja a esfera federal seja a estadual, ter sido determinante, a fração regional da burguesia, sintonizada com a fração mineira, participou ativamente do processo modernizador, mobilizando-se pela implantação do modelo SUDENE, pela sua continuação, expansão e retomada. Assim, parece inadequado pensar a modernização econômica regional no período como um projeto puramente *exógeno*, criado e executado de fora para dentro, sem conexão com os interesses da classe dirigente regional.

É possível que mais relevante que a constatação de que as elites regionais foram personagens ativas do processo modernizador, concordes com ele e dele beneficiárias, são as implicações que essa releitura traz para a compreensão da história do norte de Minas. Em termos mais simples, o que a presente abordagem propõe é a superação dos enfoques *regionalistas* que desconhecem ou negam as relações de classe no interior da região, encobrindo-as sob o manto de conceitos e imagens generalizantes como os “interesses regionais e os “problemas norte-mineiros”. Por fim, essa abordagem rejeita também qualquer formulação vitimizadora que, em nome de uma espécie de entidade chamada norte de Minas, busca as causas de suas mazelas sociais em fatores como a Providência (clima desfavorável, chuvas irregulares), a exploração dos capitais “de fora”, a “exploração do sul sobre o norte” e “o abandono do governo”. Em qualquer desses argumentos a idéia é a mesma: haveria uma comunidade regional que padece de forma comum a ação maléfica de fatores e personagens externos à região. Há décadas que as elites regionais insistem em produzir e difundir essas imagens. Hoje, elas são tão difundidas no norte de Minas que parecem ter perdido a sua natureza classista original, transformando-se em um senso comum.³⁵

Fontes

AMAMS. **A região mineira do nordeste e o semi-árido**. Montes Claros, novembro de 1993.

AMAMS. **Perfil Geo Sócio Econômico dos Municípios da Área Mineira da SUDENE**. Montes Claros, 1987

³⁵ Acerca do senso comum Cf. GRAMSCI, Antônio. **Cadernos do Cárcere** – volume 1. Edição e tradução, Carlos Nelson Coutinho; co-edição, Luiz Sérgio Henriques e Marco Aurélio Nogueira – 3 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004, p. 114.

AMAMS. **Relatório de Atividades - 2003**. Montes Claros, 2003.
BDMG. **Área Mineira do Polígono das Secas: situação e problemas**. Belo Horizonte, 1967, 4 tomos.

DAVID, Zoraide Guerra. **Historiando o Progresso**. Montes Claros: ACI, 2003.

FERREIRA, Luiz de Paula. **Aspectos do Desenvolvimento de Montes Claros**. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1975.

Gazeta do Norte, Montes Claros, 27 set. 1953..

GTDN. Uma política de desenvolvimento econômico para o Nordeste. In: TAMER, Alberto. **O mesmo Nordeste**. SÃO Paulo: Herder, 1968, p. 179.

GUIMARÃES, Jorge Tadeu. **Faces do Legislativo**. Montes Claros: Sociedade Educacional Arapuim, 1997.

INDI. **Área Mineira da SUDENE**. Informações básicas para investidores. Belo Horizonte: INDI, 1977.

Revista Montes Claros em foco, Montes Claros, nov./dez.1962, out.-nov. de 1966.

Revista Tempo. Montes Claros, s/d

SEPLAN. **Área Mineira da SUDENE**: Resultados do I Encontro de Planejamento Regional. Belo Horizonte: SEPLAN, 1975.

SOCIEDADE RURAL DE MONTES CLAROS. **Sociedade Rural**. Montes Claros: 2000.

SUDENOR. **Área Mineira da SUDENE** – Conceituação de área. Belo Horizonte: Governo de Minas Gerais/Secretaria de Planejamento e Coordenação Geral, Dezembro de 1976.

www.amams.org.br

Referência Bibliográficas

BRAGA, Maria Angela Figueiredo. **Industrialização da Área Mineira da SUDENE - um estudo de caso**. 1985. Dissertação (Mestrado em economia) - Departamento de Economia, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 1985.

CARDOSO, Fernando Henrique; FALETTO, Enzo. **Dependência e desenvolvimento na América Latina**: ensaio de interpretação sociológica. Rio de Janeiro: LTC, 1970.

CARDOSO, José Maria Alves. **A região Norte de Minas Gerais: um estudo da dinâmica de suas transformações espaciais**. 1996. Dissertação (Mestrado em Economia)- PIMES, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 1996.

CARLI, Gileno. **Política de desenvolvimento do Nordeste**. Recife: UFPE, 1971.

CASTRO, Antônio Barros de. **7 ensaios sobre a economia brasileira**. Rio de Janeiro: Forense, 1971.

COHN, Amélia. **Crise regional e planejamento** (o processo de criação da SUDENE). São Paulo: Perspectiva, 1976, p. 69-102.

DELGADO, Ignácio Godinho. **A estratégia de um revés: Estado e Associações Empresariais em Minas**. Juiz de Fora: EDUFJF, 1997.

DINIZ, Clélio Campolina. **Estado e capital estrangeiro na industrialização mineira**. Belo Horizonte: UFMG, 1981.

DULCI, Otávio Soares. Empresariado e política em Minas Gerais. **Cadernos do Departamento de Ciência Política**, n.8/**Revista do Departamento de História**, n. 10. Belo Horizonte, 1990 (Número conjunto), p. 93-124.

DULCI, Otávio Soares. **Política e Recuperação Econômica em Minas Gerais**. Belo Horizonte: UFMG, 1999.

FRANCO, Márcia Valadares de Melo. 1975. **Les migrations interieures au Bresil: Lê cas de Montes Claros, nord du Minas Gerais**. These doctorat 3e cycle, L'Université Louis Pasteur – U.E. R. de Geographie, 1975.

OLIVEIRA, Evelina Antunes Fernandes. **Nova cidade, velha política: Poder local e desenvolvimento regional na Área Mineira do Nordeste**. Maceió: EDUFAL, 2000.

FRANCO, Márcia Valadares de Melo. **Les migrations interieures au Bresil: Lê cas de Montes Claros, nord du Minas Gerais**. These doctorat 3e cycle, L'Université Louis Pasteur – U.E. R. de Geographie, 1975.

GRAMSCI, Antônio. **Cadernos do Cárcere** – volume 1. Edição e tradução, Carlos Nelson Coutinho; co-edição, Luiz Sérgio Henriques e Marco Aurélio Nogueira – 3 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

GUIMARÃES NETO, Leonardo. **Introdução à formação econômica do Nordeste: da articulação comercial à integração produtiva**). Recife: Massagana, 1989.

HIRSCHAMN, Albert. **Política econômica na América Latina**. São Paulo: Fundo de Cultura, 1965.

MAGALHÃES, Antônio Rocha. **Industrialização e desenvolvimento regional: a nova indústria do nordeste**. Brasília: IPEA/IPLAN, 1983.

MARTINS FILHO, Amílcar Vianna. Clientelismo e representação em Minas Gerais durante a Primeira República: uma crítica a Paul Cammack. **Dados**, Rio de Janeiro, v. 27, n.2, 1984

OLIVEIRA, Francisco de. **A economia da dependência imperfeita**. 5. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1989.

OLIVEIRA, Francisco de. **Elegia para uma re(li)gião: Sudene, Nordeste, planejamento e conflito de classes.** 6 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

OLIVEIRA, Marcos Fábio Martins. **O processo de desenvolvimento de Montes Claros (MG) sob a orientação da SUDENE (1960-1980).** 1996. Dissertação (Mestrado em História Econômica) - FFLCH, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1996.

PORTO, César Henrique de Queiroz. **Paternalismo, poder privado e violência: o campo político norte-mineiro durante a Primeira República.** 2002. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2002.

RESENDE, Maria Efigênia Lage de. **Formação da estrutura de dominação em Minas Gerais: o novo PRM – 1889-1906.** te: UFMG, 1982.

WIRTH, John D. **O fiel da balança: Minas Gerais na Federação Brasileira 1889-1937.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.